

PORTUGAL E A EUROPA: QUEM SOMOS? QUESTÕES DE IDENTIDADE

ANA CRISTINA CORREIA GIL

Gil, A. C. C. G. (2012), Portugal e a Europa: Quem somos? Questões de identidade. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 21: 55-71.

Sumário: Num mundo cada vez mais globalizado, impõe-se uma reflexão sobre a concepção de identidade, já que é esta que permite que as diversas comunidades (regionais e nacionais) perdurem nas suas diferenças e especificidades e não se subsumam em entidades transnacionais e homogeneizadoras. Assim, este texto parte da teorização sobre os elementos que configuram a identidade das nações e centra-se no exemplo de Portugal. Num segundo momento, problematiza-se a relação entre as nações e o projecto europeu, procurando elencar os factores que conformam a identidade europeia, a qual remonta a um passado longínquo, nomeadamente à Antiguidade greco-latina.

Gil, A. C. C. G. (2012), Portugal and Europe: Who are we? A Question of identity. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 21: 55-71.

Summary: In an increasingly globalized world, a reflection on the concept of identity is required as it is this concept that enables the diversity of communities (either regional or national) endure in their differences and specificities and avoid to loose them in entities of a supranational and homogenizing nature. This article is based on the theory about the elements that shape nation identity and focuses on Portugal. Secondly, the article discusses the relationship between nations and the European project, seeking to list the factors that make up European identity, which dates back to a distant past, in particular the Greco-Latin Antiquity.

Ana Cristina Correia Gil – Departamento de Línguas e Literaturas Modernas da Universidade dos Açores. Centro de História de Além-Mar.

Palavras-chave: Identidade nacional, Portugal, Europa.

Key-words: National identity, Portugal, Europe.

*Será a Europa uma mistura de substâncias
incompatíveis, ou assim será o mundo inteiro,
pois um humano nunca se mistura com outro humano
até desaparecer, como um líquido dissolvido noutra líquido,
a não ser na mãe que na barriga leva o filho.*

Gonçalo M. Tavares, *Uma viagem à Índia*

Falar de Europa nos tempos que correm é tarefa algo ingrata. Numa época marcada pela crise profunda a nível global, assiste-se ao acirrar dos interesses próprios de cada nação e, conseqüentemente, ao renascer de sentimentos nacionalistas que, levados ao extremo, podem vir a pôr em causa o projecto político de uma Europa comum. De facto, a crise que vivemos veio acentuar a realidade de uma Europa a duas velocidades, em que os países da linha da frente, como a França e a Alemanha por exemplo, assumem a dianteira no processo de tomada de decisões, deixando para

trás países como Portugal e a Grécia, cuja fragilidade financeira lhes retira poder negocial numa Europa a 27.

A Europa, porém, é uma realidade cujos contornos ultrapassam em muito os da União Europeia. Para além dos seus limites geográficos, a identidade do continente europeu alicerça-se numa História e numa Cultura comuns cuja antiguidade importa aprofundar. É o que nos propomos fazer neste artigo, não sem antes nos debruçarmos sobre o próprio conceito de identidade, o qual abrange âmbitos tão diversos como o individual, o nacional e o europeu.

O CONCEITO DE IDENTIDADE

Começemos pela identidade pessoal. Passamos a vida inteira a consolidar a nossa identidade individual. Se nesta há elementos imutáveis, como a naturalidade, a filiação e a data de nascimento, é certo que há outros que podem sofrer alterações ao longo do tempo. De facto, qualquer indivíduo pode mudar de nome e de nacionalidade, embora nunca possa rasurar por completo a sua origem primeira, ou seja, o país onde nasceu. Outros factores identitários, como a profissão e a compleição física, são mais permeáveis à mudança. Daqui se conclui que a identidade não é um fenómeno rígido e imutável, mas antes uma realidade compósita que sofre

inevitavelmente mudanças com o passar dos tempos. Assim, a identidade é aquilo que nos distingue uns dos outros, o que nos torna únicos e originais. No caso das nações, a identidade passa por factores políticos (Estado, Território, Constituição) e por factores sócio-culturais (língua, religião, etnia, História, mitos e arte). “Identificar”, no sentido mais comum, significa, assim, reunir um conjunto de elementos que permitem o reconhecimento do objecto naquilo que ele tem de único. Deste modo, definir a identidade de uma nação implica encontrar nela os traços que a distinguem das restantes. Diversos autores enfatizam a formação da iden-

tidade nacional como um artefacto, uma construção abstracta, que só tem existência enquanto realidade etérea, impalpável, diáfana: Hobsbawm vê-a como invenção (“the invention of tradition”), Suzanne Citron como um mito (“national myth”), Benedict Anderson como imaginada (“imagined communities”), Etienne Balibar como ficção (“fictional ethnicity”)¹. Parece-nos, porém, que a identidade nacional tem bases mais concretas. Começa por se constituir enquanto o estabelecimento da diferença no confronto com o Outro, o estrangeiro:

“An identity is established in relation to a series of differences that have become socially recognized. These differences are essential to its being. If they did not coexist as differences, it would not exist in its distinctness and solidarity... Identity requires difference in order to be, and it converts difference into otherness in order to secure its own self-certainty”².

Veja-se, por exemplo, o caso das Cruzadas na Idade Média – assim como as peregrinações, os périplos com intuitos comerciais e as deslocações de estudantes entre universidades – que proporcionam viagens longas, contactos com outras línguas e cul-

turas para além da do guerreiro e o desenvolvimento do orgulho deste na sua nacionalidade. As guerras entre povos diferentes revelam os caracteres particulares de cada um, ao mesmo tempo que contribuem para que se desenvolva a consciência nacional. Já na época medieval, como explica Guy Hermet, se verifica este “mecanismo antigo de identificação colectiva: a do «ressentimento» partilhado por um povo face a outro povo, visto subitamente como inimigo, em consequência de um traumatismo histórico violento” (HERMET, 1996: 41-42). O confronto entre povos pode, assim, funcionar como um processo de autognose: “esta aversão ao vizinho durante muito tempo ignorado, surgindo brutalmente como destruidor real ou imaginário de um universo até então fechado, constitui a circunstância usual da revelação dos povos a si próprios” (IDEM: 42). Vai-se assim consolidando a consciência nacional, a ideia de que as várias nações constituem realidades díspares a nível linguístico, religioso, cultural, político, económico, artístico, o que desenvolve nos povos sentimentos de pertença colectiva a determinada comunidade nacional, coesa e preferencialmente unificada. A identidade nacional tem, portanto, na sua base um fenómeno gregário, que resulta de um desejo de reconhecimento (do indivíduo pelos seus

¹ *Apud* ESCOLAR, PALÁCIOS e REBORATTI, 1994: 347.

² William Connolly, *Identity/Difference: Democratic Negotiations*, *apud* RAICHMAN, 1995: 222, nota 2.

pares), de associação (sentimento de fraternidade) e de protecção (segurança garantida pela nação aos seus membros): “Identity is about binding”³.

A identidade nacional constitui-se, então, como um fenómeno compósito, ou seja, uma realidade multifacetada em que avultam como elementos fundamentais o território, o Estado, a Constituição, a língua, a etnia, a história, os mitos, a religião e a arte. No entanto, nem todas as nações reúnem estes factores na sua totalidade, havendo casos em que, por exemplo, a religião, a etnia ou a língua não constituem um traço distintivo da nacionalidade.

A formação de uma nação está normalmente associada à reivindicação de um território próprio, com fronteiras políticas bem delimitadas, no interior do qual o Estado nacional se gere, segundo o princípio da autodeterminação. Por vezes, os próprios traços físicos da geografia são elevados à categoria de factores da identidade nacional: “Landscapes have much in common, but each nation treasures certain geographical fea-

tures and elements of its own. [...] Countries commonly depict themselves in landscape terms; they hal-low traits they fancy uniquely theirs” (LOWENTHAL, 1994: 17). Para além deste aspecto geográfico físico, o espaço nacional impõe-se como um depósito de memórias e associações históricas (reais ou imaginadas), pois nele viveram os heróis nacionais, nele tiveram lugar batalhas marcantes na história nacional, nele se instalaram e mantiveram os fundadores da pátria, os antepassados. O território é a *terra natal* a que o povo está intimamente ligado pelo nascimento e da qual sente falta quando dela se distancia, sobretudo em situações de exílio ou de emigração, que exarcebam o sentimento patriótico por constituírem rupturas abruptas com laços identitários constitutivos do sujeito.

A nação, dentro do seu território, é gerida por um Estado, que governa e impõe limites legais à acção dos seus membros, devendo-lhe estes, por sua vez, obediência e lealdade, ou seja, instituem-se direitos e deveres legais comuns a todos os cidadãos: a Constituição.

³ Cornel West, «A Matter of Life and Death» in Rajchman, 1995: 16. Da “união afectiva” que é a nação fala também Damião Peres em *Como nasceu Portugal*: “A Nação – unidade afectiva – resulta de uma acção humana. Se um veemente impulso de natureza política

chega a criar um Estado, e este sobrevive ao esforço criador, a fraternidade, gerada em horas de perigo ou de anseio, difunde-se; pouco a pouco, vai surgindo a distinção entre os nossos e os alheios – é o espírito nacional que desponta” (PERES, 1992: 38).

A língua é, por excelência, um dos repositórios da identidade histórica de um povo, uma vez que são as várias práticas discursivas o veículo mediador das manifestações nacionais: “The history of any people is tied to its language. The narrative of the people unfolds in legends, historical events, poetic renditions of key moments, slogans that never die, great oratory, and, of course, legal phrases that define a culture’s sense of justice”⁴.

A língua é, com algumas exceções, sinal distintivo da nacionalidade: *ser-se* português, por exemplo, é *falar* português⁵. No Renascimento, o despertar da consciência nacional partiu, em alguns casos (como o português), da reivindicação de uma língua nacional – os vernáculos – a par do latim clássico usado em toda a Europa como instrumento comunicativo institucional. Progressivamente, as nações procuram criar uma língua própria, extensível a todo o território, a qual reflecte a unidade nacional. Veja-se, por exemplo, os esforços empreendidos em França e em Itália para uniformizar estes países a nível

linguístico, relegando para segundo plano os dialectos regionais (SCHULZE, 1997: 161-164). Porém, existem nações em que é o multilinguismo que as caracteriza, não perdendo, por isso, a sua pujança identitária, como é o caso da Suíça ou do Canadá.

Segundo alguns autores, a própria dificuldade de traduzir uma língua para outra é uma prova de que o sistema linguístico de uma nação reflecte um pensamento autónomo, uma filosofia de vida estritamente nacional:

“Daí que as culturas mais ricas, mais profundas, mais criadoras, aquelas que assentam numa matriz linguística original, sejam exactamente as de mais difícil penetração. Toda a séria tradução de um texto poético ou teatral é uma experiência iniciática, um formidável esforço para verter as categorias linguísticas, lógicas e filosóficas de um povo culturalmente autónomo nas categorias de outro, do que resulta sem dúvida um considerável enriquecimento, mas que não logra vencer nunca por completo uma distância, que, parecendo milimétrica aos olhos desprevenidos, é na realidade imensa. As dificuldades multiplicam-se quando se

⁴ George Fletcher, «The Case for Linguistic Self-defense», in MCKIM e MCMAHAN, 1997: 332. Este autor considera ser mais nocivo para uma nação perder a sua língua do que perder o seu território, pois é difícil manter ou fazer reviver uma nação sem a sua língua original (IDEM: 327).

⁵ Embora, como é óbvio, o facto de se ser falante da língua portuguesa não implique necessariamente a nacionalidade portuguesa. No caso dos outros países em que o português é a língua materna criou-se a chamada comunidade lusófona, o que nos pode levar a considerar a existência de uma identidade lusófona, mais abrangente do que a identidade nacional.

trata das *palavras-mães*, dos *conceitos-mestres*, das *ideias-chave* que caracterizam um povo histórico, um povo criador de civilização” (QUADROS, 1989: 36).

Para muitas nações a raiz étnica constitui um traço identitário. Nestes casos, a ascendência comum une todos os membros da nação, gerando e alimentando a solidariedade entre eles. Os laços de origem que se estabelecem entre o povo aproximam-no de uma grande família: são laços de sangue, de raça, a que o indivíduo está impreterivelmente destinado, quer seja de sua livre vontade ou não pertencer a determinada nação. Porém, acontece por vezes que, na busca sôfrega de bases que consolidem a sua identidade, as nações forjam as suas origens étnicas comuns, ou seja, mitificam a sua génese, criando antepassados que dificilmente se provaria terem existido⁶. Semelhante caso é, por exemplo, o da ascendência

lusitana dos portugueses, argumento construído no século XVI e que desde então tem vindo a alimentar a identidade nacional. Este processo de mitogénese acaba por se sobrepor às verdadeiras raízes históricas pela relevância que ganha na consolidação da identidade nacional, passando a fazer parte constituinte da memória colectiva.

A história e os mitos são, assim, igualmente essenciais na constituição da identidade nacional⁷. A nação, como o indivíduo, define-se também pelo seu passado: vitórias e derrotas, glórias e feitos, heróis nacionais, etc.⁸. Forma-se deste modo a memória histórica que, ao mesmo tempo que legitima a reivindicação da independência, é também fonte de coesão nacional, na medida em que o indivíduo se identifica com o passado da sua nação, sentindo-se parte desse todo; esta memória é transmitida de

⁶ Boyd Shafer faz desta ficcionalização das origens uma regra: “A Nation is a group of persons united by a common error about their ancestry and a common dislike of their neighbors” (SHAFER, 1982: 25).

⁷ Andreas Huyssen chama a atenção para o facto de, depois da queda do muro de Berlim e da unificação da Alemanha de leste com a ocidental, ter havido uma mudança na historiografia alemã: passou-se da escrita da história com uma intenção emancipatória para a história com o propósito de criar identidade, o que só por si demonstra o

papel fulcral da história na construção das identidades nacionais («The Inevitability of Nation: Germany after Unification», in RAJCHMAN, 1995: 75-78).

⁸ Hagen Schulze refere que “a maior parte das nações europeias tem o seu herói meio mítico, combatente da liberdade contra Roma”, como é o caso de Hermann na Alemanha, Vercingetorix na França, Civilis na Holanda, Boadiceia na Inglaterra e Viriato, que o autor erradamente aponta como “herói do nacionalismo espanhol” (SCHULZE, 1997: 104).

geração em geração, quer por meios informais (como a família, por exemplo), quer por meios oficiais, como o sistema escolar e os meios de comunicação social. Assim como no caso das raízes étnicas, a história do país é também frequentemente sujeita a um processo de ficcionalização, ou seja, é feita uma filtragem que rasura ou “esquece” os fracassos e exalta os sucessos nacionais⁹. Esta operação apoia-se em rituais comemorativos que visam muitas vezes ofuscar fragilidades e estados periclitantes de decadência¹⁰. As comemorações nacionais, bem como os símbolos nacionais – bandeiras, hinos, moedas, passaportes –, tornam concreto algo tão abstracto como o sentimento de identidade nacional, suscitando reacções emocionais aos que nelas participam. Assim, os membros da nação sentem-se parte dela, pois participam

na sua vida, nas suas emoções e partilham as suas virtudes¹¹. Por conseguinte, comemorar a nação é também um modo de assegurar a sua continuidade, o perdurar dos seus valores através dos tempos.

A formação de mitos nacionais resulta da idealização do passado. No caso dos mitos das origens, por exemplo, tende-se a prefigurar a génese da nação num facto ou num indivíduo excepcional, cuja exemplaridade é assim transmitida à própria nação. Outros mitos identitários nacionais são os mitos resultantes de vitórias em batalhas e os mitos messiânicos, entre outros. O arsenal mítico é determinante para a consolidação da identidade nacional, na medida em que constitui o imaginário idealizado que transcende a realidade factual (mesmo que por vezes ficcionalizada da história). Por vezes, a fronteira

⁹ No artigo «Conventions and Conversions, or, why is Nationalism sometimes so nasty?» Robert E. Goodin considera a história da nação uma convenção partilhada por todos os seus membros (ou pelo menos pela maioria deles): “Still, which story we settle among the many eligible ones is indeed largely an arbitrary choice from among that admittedly circumscribed set of almost equally viable options” (in MCKIM e McMAHAN, 1997: 98).

¹⁰ Vitorino Magalhães Godinho opõe-se a este branqueamento da história com fins encomiásticos, reforçando um ponto de vista segundo o qual as comemorações devem ser

críticas, estudar os problemas e pôr em causa certezas dogmáticas (GODINHO, 1990: 26-37).

¹¹ Alguns autores vêem nestes aspectos ritualísticos e emocionais uma prova da proximidade entre nacionalismo e religião (por exemplo Shafer, 1982: 30). Josep Llobera atribui mesmo o sucesso do nacionalismo a esta religiosidade: “em última instância, o êxito do nacionalismo na modernidade tem de ser atribuído em ampla medida ao carácter sagrado que a nação herdou da religião. Na essência é o deus laico do nosso tempo” (LLOBERA, 2000: 215).

entre mito e história é ténue, na medida em que a narrativa mítica se apropria da história e a expande:

“A questão não é apenas o facto de histórias famosas do passado, em que toda a gente acredita, servindo propósitos presentes ou futuros, crescerem prontamente em torno de acontecimentos bem comprovados: há a acrescentar a isso o facto de mitos de fundação política, de libertação, de migração e de eleição tomarem certos acontecimentos históricos como ponto de partida para subsequente interpretação e elaboração” (SMITH, 1997: 38).

O mito leva a nação a transpor os seus limites temporais: esta torna-se eterna, ultrapassa o tempo e eleva-se assim a um valor superior.

Em termos religiosos, quase todos os países se caracterizam pela coexistência (pacífica ou não) de vários credos, havendo, no entanto, a predominância de um deles sobre os outros. Esta sobreposição de uma religião às restantes verifica-se, por exemplo, nas cerimónias fúnebres oficiais, nas quais se tem de optar somente por um tipo de ritual. Mesmo nos Estados que se pretendem secularizados, por vezes só recorrendo a medidas repressivas se consegue “apagar” a religião como factor de distinção, como se verificou com a proibição, em França, do uso de quaisquer marcas distintivas religiosas nos estabelecimentos de ensino. Em contraste com o caso francês, há exemplos claros em que nação e reli-

gião são inseparáveis, como acontece em alguns países islâmicos, nos quais a defesa da nação passa impreterivelmente pela defesa da religião, do mesmo modo que qualquer ataque religioso é considerado uma afronta nacional. A República da Irlanda é também um caso paradigmático, na medida em que um dos seus traços identitários é precisamente a religião – católica – por oposição à sua vizinha e rival Grã-Bretanha protestante. Esta diferenciação religiosa tem sido, aliás, fonte de múltiplos conflitos sangrentos entre ambas as nações¹². A criação artística de um povo é, indubitavelmente, um dos traços fundamentais da sua identidade. A arte espelha o carácter nacional, os seus anseios e entusiasmos, as glórias e os fracassos. Problematiza os vários momentos da nação, bem como o seu destino, cristaliza o ser nacional, essa alma de que fala Renan, esteticiza a língua, a História e os mitos colectivos e, portanto, contribui também para a construção da consciência nacional. A arte *pensa e faz* a nação. Sintomático desta importância da arte para a identidade de um povo é o facto de Jorge Dias eleger como “elementos fundamentais da cultura portuguesa”

¹² Outros exemplos de nacionalismos religiosos são o Sri Lanka, a Arménia e a Polónia (cf. SMITH, 1991: 69 e HOBBSAWM, 1998: 63-65).

quatro obras de arte, sendo cada uma delas a representação de uma área artística diferente: os painéis de Nuno

Gonçalves, o Mosteiro dos Jerónimos, os *Tentos* de Manuel Coelho e *Os Lusíadas* (Dias, [1990]: 142).

A IDENTIDADE EUROPEIA

À semelhança do que dissemos sobre a identidade nacional, podemos também falar de identidade europeia. Consideremos que a Europa é, antes de mais, um continente, isto é, um conjunto de países ligados pela continuidade territorial, que abrange a extensão geográfica do Ártico ao Mar Mediterrâneo e do Atlântico aos Montes Urais. O território é, de facto, um primeiro traço distintivo da identidade europeia. Porém, assim como a identidade nacional (bem como a individual) é o resultado da conjugação de um conjunto de factores, também a identidade europeia se foi construindo à medida que se foram consolidando alguns elementos comuns a todo este **território**, como sejam a **História** comum, a **religião**, as **raízes linguísticas** e a **produção artística**.

É inegável que um dos traços originais da Europa é a sua antiguidade e a partilha de grandes momentos da História da Humanidade. A grande diversidade de factos que envolvem este percurso não oblitera o seu fundo comum. Apesar de a sua história estar “fragmentada entre vinte impérios e cem povos”, como afirma René

Rémond (CARPENTIER e LEBRUN, 1993: 20), há grandes momentos que a marcam indelevelmente: a herança grega, o Império Romano, a Cristianidade, o Feudalismo e a Medievalidade, o Renascimento, o Iluminismo, as grandes Revoluções (a Francesa e a Industrial) e as duas Grandes Guerras.

Da Grécia, berço da democracia e da *polis*, fica a Cultura, a Literatura e a Filosofia, enquanto Roma estende a todo o território europeu o desenvolvimento das vias de comunicação e da legislação, a par do legado artístico e cultural. O Império Romano conferiu particular unidade ao continente europeu a nível linguístico, na medida em que o Latim se torna a língua oficial em todo o império, e a nível cívico, já que Roma reconhece o estatuto de “cidadão romano” a todos os seus habitantes livres, sendo assim o primeiro exemplo de cidadania única na Europa. Já a Idade Média contribuiu para a consolidação da identidade europeia com a implantação do Feudalismo e de determinadas medidas legislativas, ao mesmo tempo que a especificidade da arte medieval ultrapassa as fronteiras nacionais e ganha

contornos comuns a grande parte da Europa. A Cultura Trovadoresca e os romances de cavalaria são cultivados em vários países europeus e a pintura e escultura manifestam traços comuns em todo o território.

A própria evolução dos grandes períodos e movimentos artísticos que marcaram a História da Humanidade cruza-se com a História da Europa. Renascimento, Barroco, Romantismo e Modernismo têm a sua génese no Velho Continente, ainda que a sua expressão cultural e artística tenha depois chegado aos outros continentes. O homem renascentista faz reviver a Antiguidade greco-latina, sublinhando assim as raízes comuns de toda a Europa; o Teocentrismo medieval dá lugar a uma concepção do mundo centrada do Homem, nas suas capacidades e potencialidades, inaugurando-se assim a época plena do Humanismo, de que Leonardo da Vinci é o símbolo por excelência. A exuberância do Barroco, patente também pela Europa fora, é sintoma de uma sociedade de luxo e fausto que procura, através do desregramento, escamotear o desegano da vida e dos homens. O excesso e a profusão de artificios, quer na poesia, quer na pintura, na escultura ou na música, revelam-se a fuga possível a sentimentos como a efemeridade da vida, a frustração e a instabilidade.

É no Romantismo que o homem europeu se procura reencontrar con-

sigo próprio, acentuando-se o individualismo e o culto da diferença e da originalidade através da exibição dos sentimentos do “Eu”. Numa reacção à Revolução Industrial e à massificação e tecnicização que esta acarretou, o homem romântico empreende uma fuga quer no espaço – seja através de uma viragem para a Natureza, seja numa apetência para o exótico – quer no tempo, regressando à medievalidade e aos valores com ela relacionados. O herói romântico divide-se, assim, entre a defesa do Bem colectivo e uma espessura interior desmesurada, esta última anunciando já a divisão interior em que radica o movimento modernista. Originário na Europa mas transbordando para o continente americano e acompanhando um momento de crise e de dissolução de valores, o Modernismo explora os limites do Homem e da Arte em obras em que a temática da fragmentação e da crise de valores assumem lugar primordial.

A religião é também um dos pontos que unem a Europa. Apesar de, a dada altura da História, o movimento da Reforma ter operado uma cisão dentro da religião católica, é evidente que a tradição judaico-cristã marca as raízes religiosas deste continente. Atentemos no caso português. A ligação de Portugal à religião católica remonta ao período visigótico, anterior à formação da nacionalidade. Os Visigodos, embora praticassem o

arianismo, submeteram-se ao catolicismo, o qual se enraizou na Península Ibérica e marcou a sua história posterior: “É o clero hispano-romano quem dirige politicamente o reino visigótico” (SARAIVA, 1983: 248). De igual modo, também a invasão árabe não ofuscou o catolicismo naquele que seria o futuro território português: “Com a entrada dos árabes em 711 o cristianismo não foi exterminado. A população dominada conservou a sua língua e o seu culto. As autoridades clericais, nomeadamente os bispos, passaram intactas do domínio visigótico ao domínio muçulmano” (*ibidem*).

Em toda a Europa, Portugal é dos países em que a história da nação apresenta uma maior ligação à acção da Igreja católica:

“Se há país na Europa, tirando talvez a Polónia, onde a Igreja exerceu o seu magistério intelectual, espiritual, pastoral e, mesmo temporal, em toda a plenitude, é bem Portugal. Se não é como a França, *le fils aîné de l’Eglise*, é, pelo menos, o seu neto querido, aquela nação que, mais tarde, no tempo dos epítetos barrocos, será designada por «fidelíssima». A nossa história, a história da Igreja em Portugal e a da Igreja universal estão intrínseca e complexamente interligadas, bem antes da elevação de Portugal a reino independente, até aos dias que correm” (LOURENÇO, 1999b: 40).

Esta ligação à religião católica remonta à fundação da nacionalidade,

ao momento mítico da sagração de D. Afonso Henriques por Cristo na batalha de Ourique. Este mito, consolidado no século XV¹³, reforça uma perspectiva providencialista sobre a história de Portugal, na medida em que desenvolve uma imagem de país eleito, protegido por Deus e detentor de uma missão extraordinária no mundo. Esta concepção alimenta também os mitos do Sebastianismo e do Quinto Império, que personificam um salvador da pátria, fundador de um império universal.

A importância da religião para a identidade nacional é bem visível no facto de ser a Batalha de Ourique – 1139 – considerada como a consagração da nacionalidade, a legitimação da independência. A batalha de S. Mamede, sendo anterior – 1128 – é relegada para segundo plano, por razões de vária ordem: não está associada a qualquer acto mítico e confere uma má imagem do fundador da nação, que se revolta contra a própria mãe, a qual lhe lança uma maldição que se vai cumprir no cerco de Badajoz (BUESCU, 1993: 24-25). No século XVII, o milagre de Ourique serve como instrumento de legitima-

¹³ A referência mais antiga ao milagre de Ourique é de 1416 em *De Ministerio Armorum*. Até ao século XV as crónicas apenas referem a dimensão militar da batalha (BUESCU, 1993: 15).

ção da independência, ameaçada pelo poder castelhano. Apesar de a sua veracidade ser posta em causa por autores como Luís António Verney e Alexandre Herculano, aos quais escapou a força real que já constituía o mito, Ourique é assumido pela consciência nacional como a fundação mítica – com base na religião – de Portugal, a tal ponto que se envidaram esforços, nos séculos XVI, XVII e XVIII, para obter a canonização de D. Afonso Henriques.

É também a religião a base da progressiva conquista do território nacional: Portugal afirma-se como reino cristão no combate aos muçulmanos. O espírito de cruzada move os primeiros reis portugueses – a dinastia dos “reis-cavaleiros” (QUADROS, 1989: 44) – contra os mouros instalados no sul da Península Ibérica. Ainda que outras ambições estejam subjacentes, o objectivo primeiro da Cruzada é a luta contra o Infiel e a expansão da fé cristã. E é este o pretexto para o aumento do território do reino de Portugal, conquistado aos mouros.

O povoamento dos territórios conquistados é assegurado pelas ordens religiosas, cujos mosteiros funcionam como núcleos aglutinadores da população, a quem o clero dirige e ensina, como é o caso dos cistercienses e dos templários, no Mosteiro de Alcobaça e no Convento de Tomar, respectivamente. Na empresa ultramarina é ainda uma ordem religiosa – a Ordem

de Cristo (ex-Templários) – que tem o papel fulcral de levar a fé aos territórios descobertos e conquistados, visando a fundação do Império universal, o do Espírito Santo, o Quinto Império vieirino (QUADROS, 1987: 157-159).

Apesar deste fundo religioso comum dos países europeus, desde o século XV o sul da Europa começou a diferenciar-se do centro e norte em termos religiosos: Portugal fica à margem da Reforma, afirmando-se como nação fundamentalmente católica, tradicionalista e conservadora, por contraste com o resto do continente europeu, na generalidade protestante e progressista. Enquanto a Península Ibérica permanece eminentemente rural e comercial, a restante Europa, industrializada, é avassalada pelo espírito protestante, competitivo e capitalista: “a cultura portuguesa não conheceu, nos termos em que a Itália, a França e até a Espanha a conheceram, qualquer coisa que possa ser descrita como emergência, autonomia e, ainda menos, «triunfo do espírito laico» no seio de uma sociedade idealmente modelada pelos imperativos de uma visão religiosa e estruturada da vida e do mundo tal como o catolicismo a representou” (LOURENÇO, 1999b: 40). Portugal torna-se um dos centros do fanatismo católico quando, em 1536, D. João III obtém do Papa a autorização para instalar a Inquisição no país. Seguem-se séculos de obscuran-

tismo, de perseguições religiosas, de dogmatismo, que marcarão de modo indelével o definimento científico-cultural da nação.

Apesar de a sociedade portuguesa apresentar já uma variedade considerável de credos religiosos, estes têm uma expressão minoritária, quando comparados com a situação de “*monocultura religiosa*” que a religião católica confere ao país (FRANÇA, 1993: 115). Como alguns estudos concluíram, esta hegemonia do catolicismo é comum aos países do sul da Europa: “Itália, Espanha, e Portugal são países que do ponto de vista sociológico e cultural se devem considerar de expressão católica quando comparados com os outros países mais a norte” (FRANÇA, 1993: 178)¹⁴. Parece-nos que este percurso divergente de duas Europas religiosas não invalida, porém, a raiz comum de onde ambas partem – a judaico-cristã –, podendo dizer-se da Europa o que disse Alexandre Herculano em *O bobo* a propósito das nações:

“A sociedade cristã era una, e preenchia até certo ponto o incompleto da sociedade temporal. Quando cumpria aplicar uma designação que representasse o habitante da parte da Península livre do jugo do islame, só havia uma: *christianus*. O epíteto que indicava a crença representava a nacionalidade”¹⁵.

Esta raiz cristã é, aliás, bastante remota. No século I há já sinais da presença do Cristianismo na Europa, como se constata pelas referências a perseguições e a expulsões de cristãos do Império Romano. E a existência de imponentes catedrais por toda a Europa são o testemunho vivo desta presença religiosa em todo o continente.

As raízes linguísticas comuns dos povos europeus são também a evidência de uma identidade partilhada. Distribuídas por três ramos principais – o latino, o germânico e o eslavo – e influenciando-se umas às outras, as línguas contribuem para a consciência colectiva europeia, na medida em que são a reificação de um passado comum. No caso da Língua Portuguesa, cuja base é o Latim, encontramos ainda inúmeros exemplos de vocábulos oriundos do ramo germânico por via visigótica, como sejam as palavras “guerra” e “trégua”.

No entanto, não esqueçamos que o Império Romano é o primeiro a instituir a unidade linguística num vasto território, passando o Latim a ser a língua oficial. A formação da identidade europeia passa inevitavelmente por processos linguísticos como sejam lendas, leis, documentos, arquivos históricos, história e arte literária. É um fenómeno textualizado, que se reifica

¹⁴ “A Itália e Portugal têm a mais elevada religiosidade da Europa” (FRANÇA, 1993: 178).

¹⁵ Alexandre Herculano, *O bobo*, Lisboa, Ulisseia, 1992, p. 43.

na palavra, escrita ou oral: “o conceito de identidade não existe fora da linguagem e dos poderes que a estruturam. [Por isso] é inevitável que se trate de um processo de articulação e de representação, ou seja, um processo que é linguístico e literário”¹⁶. Nos séculos XIII e XIV assiste-se à vernacularização: as línguas nacionais europeias começam a substituir o Latim no uso institucional, conquistam autonomia e começam a adquirir a consistência de um sistema de pensamento original. A autonomização dos falares europeus conclui-se no Renascimento com os “discursos hagiográficos da língua nacional” (Lourenço, 1999b: 121) que se multiplicam na Europa: Bembo em Itália, Nebrija em Castela, Du Bellay em França, Fernão de Oliveira, João de Barros e António Ferreira em Portugal – todos manifestam orgulho nos seus idiomas e procuram conferir-lhes originalidade e autonomia em relação ao latim e aos vernáculos que com eles competem:

“Nenhum destes endeusamentos ou apologias da dignidade das línguas nacionais é inocente. Fazem parte do processo histórico em que culmina o sentimento nacional. Descobre-se que a língua não é um instrumento neutro, um factor contingente de comunicação entre os homens, mas a expressão da sua diferença. Mais do que um património, a língua é uma realidade onde o sentimento e a consciência nacional se fazem «pátria»” (*idem*: 122).

Assim se percebe como terá sido natural ir-se criando nos cidadãos europeus um sentimento de pertença a uma mesma comunidade, com uma Cultura e uma História partilhadas nos seus sucessos e nos seus fracassos. Este sentido de fraternidade inter-europeu foi crescendo à medida que a Europa se foi vendo ameaçada pela ascensão dos outros territórios continentais, gerando-se nos europeus a consciência de que à sua identidade se contrapõem identidades outras, estrangeiras, que se distinguem – e por vezes se confrontam – com a sua própria realidade.

DA IDENTIDADE CULTURAL E HISTÓRICA À UNIÃO POLÍTICA E ECONÓMICA

É no século XX que esta identidade europeia cultural consolidada ao lon-

go de séculos de história comum vai adquirir contornos institucionais, nomeadamente devido à necessidade de manter a paz no continente. Em 1949, no rescaldo da II Guerra Mundial, funda-se o Conselho da Europa com o objectivo de preservar a paz e evitar

¹⁶ Graça Capinha, «Ficções credíveis no campo da(s) identidade(s): a poesia dos imigrantes portugueses no Brasil», *apud* RAMALHO e RIBEIRO, 2001: 311.

uma terceira guerra mundial. São os primeiros passos para uma eventual federação europeia, pensada por Jean Monnet e Robert Schuman.

Os fundamentos desta federação europeia iniciam-se assim pela economia, já que em 1951 seis países europeus fundam a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) que visava uma gestão conjunta e harmónica das matérias-primas – o carvão e o aço – bases, à época, do poderio militar. Em 1957, é criada a Comunidade Económica Europeia (CEE), que visa facilitar o comércio e a circulação entre os países europeus, nomeadamente com a partilha de um Mercado Comum e de uma Política Agrícola Comum (PAC). Institucionaliza-se, deste modo, a livre circulação de pessoas, bens e serviços em todo o território comunitário, o que contribui para uma maior aproximação entre cidadãos europeus, já que as fronteiras nacionais são abertas.

Desta primeira base de unidade material e económica parte-se para o aprofundamento de ligações mais abrangentes entre os países que constituem esta nova comunidade, daí que a União Europeia (UE), criada em 1992, tenha um raio de acção cujo alcance vai desde a economia até questões políticas e ambientais. As áreas de intervenção da política comunitária alargam-se para as grandes ameaças ao bem-estar das socie-

dades contemporâneas: o combate à fome e à pobreza, ao crime internacional, ao terrorismo, à poluição e às mudanças climáticas.

Porém, esta união dos países europeus, que começou por ser material e económica e depois se alargou a outros âmbitos, não apagou as diferenças marcantes entre as várias nações que a constituem. Antes pelo contrário: em alguns aspectos até se acentuou a consciência nacional e o sentimento de autodeterminação dos povos. A reacção da Holanda e da França à proposta de uma Constituição Europeia – que reduz claramente o campo de acção das Constituições nacionais, colocando-as numa posição de subordinação em relação à Europa – é sintomática da força que têm ainda as identidades nacionais numa Europa que se quer uma mas cujos membros não desejam prescindir do poder de gerir o seu território pátrio. Podemos assim dizer que a identidade europeia é uma identidade num equilíbrio sempre periclitante entre a afirmação de uma herança histórica e a incerteza de um presente (e futuro) com algo por realizar. O projecto europeu teria uma melhor consolidação se a sua base partisse da partilha de traços culturais históricos, comuns aos vários países; ao invés disso, iniciou-se numa perspectiva estritamente económica, pouco geradora de laços e propícia ao espírito con-

correncial. Fica a dúvida através das palavras de José Saramago: “E como dialogarão as culturas na Europa se as contradições económicas e as tensões financeiras fazem ranger o edifício europeu por todos os lados?”¹⁷

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV. (1991a), *Portugal e a Europa – Identidade e diversidade*, 1.ª ed., Rio Tinto, Edições Asa.
- ANDERSON, Benedict (1991), *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, 8.ª ed., London/New York, Verso Editions e New Left Books (1.ª ed. 1983).
- BUESCU, Ana Isabel (1993), «Vínculos da memória: Ourique e a fundação do reino» in CENTENO, Yvette Kace (coord.), *Portugal: mitos revisitados*, Lisboa, Edições Salamandra, pp. 9-50.
- CARPENTIER, Jean e LEBRUN, François (1993), *História da Europa*, Lisboa, Editorial Estampa.
- DIAS, Jorge (1990), *Estudos de antropologia*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- ESCOLAR, Marcelo; PALACIOS, Silvina Quintero e REBORATTI, Carlos (1994), «Geographical Identity and Patriotic Representation in Argentina», in HOOSON, David (ed.), *Geography and National Identity*, Oxford UK/Cambridge USA, Blackwell, pp. 346-366.
- FRANÇA, Luís de (coord.) (1993), *Portugal, valores europeus, identidade cultural*, s/l, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1990), *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar – Séculos XIII- XVIII*, Lisboa, Difel.
- HERMET, Guy (1996), *História das nações e do nacionalismo na Europa*, Lisboa, Editorial Estampa.
- HOBBSAWM, Eric J. (1998), *A questão do nacionalismo. Nações e nacionalismo desde 1780 – Programa, mito, realidade*, col. «Da História», Lisboa, Terramar (1.ª ed. 1990).
- LLOBERA, Josep R. (2000), *O Deus da modernidade. O desenvolvimento do nacionalismo na Europa Ocidental*, tradução de Vítor Ferreira, apresentação de José Manuel Sobral, Oeiras, Celta (1.ª ed. 1994).
- LOURENÇO, Eduardo (2001), *A Europa desencantada. Para uma mitologia europeia*, Lisboa, Gradiva (1.ª ed. 1994).
- (1999a), «A Europa e a questão do imaginário», in *Do mundo da imaginação à imaginação do mundo*, Comunicações apresentadas no âmbito do Festival do Imaginário (Abrantes, 8 a 17 de Novembro de 1996), Lisboa, Fim de Século, pp. 13-24.
- (1999b), *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva.
- (2004), *Destroços. O Gibão de Mestre Gil e Outros Ensaios*, 1.ª ed., Lisboa, Gradiva.
- (1991), «Nacionalistas e estrangeirados», in AA.VV., *Portugal e a Europa – Identidade e diversidade*, Rio Tinto, Edições Asa.

¹⁷ José Saramago, *Cadernos de Lanzarote*, vol. II, 2.ª ed., Lisboa, Caminho, 1999 (1.ª ed. 1995), p. 106.

- dade e diversidade*, 1.^a ed., Lisboa, Asa, pp. 99-112.
- (1997), *Nós como futuro*, Lisboa, Assírio & Alvim/Pavilhão de Portugal - Expo '98.
- (1994a), *Nós e a Europa ou as duas razões*, 4.^a ed. aumentada, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da moeda (1.^a ed. 1988).
- (1988), *O labirinto da saudade – Psicanálise mítica do destino português*, Lisboa, Círculo de Leitores (1.^a ed. 1978).
- (1999c), *Portugal como Destino* seguido de *Mitologia da Saudade*, 1.^a ed., Lisboa, Gradiva.
- LOWENTHAL, David (1994), «European and English Landscapes as National Symbols», in HOOSON, David (ed.), *Geography and National Identity*, Oxford UK/Cambridge USA, Blackwell; pp. 15-38.
- MACEDO, Jorge Borges de (1988), *Portugal-Europa, para além da circunstância*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- McKIM, Robert e McMAHAN, Jeff (eds.) (1997), *The Morality of Nationalism*, New York/Oxford, Oxford University Press.
- PERES, Damião (1992), *Como nasceu Portugal*, 10.^a ed., Porto, Vertente (1.^a ed. 1938).
- QUADROS, António (1989), *A ideia de Portugal na literatura portuguesa dos últimos 100 anos*, Lisboa, Fundação Lusíada.
- (1987-1988), *Portugal, razão e mistério*, 2.^a ed., 2 vols., Lisboa, Guimarães Editores.
- RAJCHMAN, John (ed.) (1995), *The Identity in Question*, New York/London, Routledge.
- RAMALHO, Maria Irene e RIBEIRO, António Sousa (orgs.) (2001), *Entre ser e estar. Raízes, percursos e discursos da identidade*, col. «A sociedade portuguesa perante os desafios da globalização», dirigida por Boaventura de Sousa Santos, Vol. 8, Porto, Edições Afrontamento.
- SARAIVA, António José (1983), *A cultura em Portugal. Teoria e história*, Livro II – «Primeira época: a formação», Lisboa, Bertrand.
- SCHULZE, Hagen (1997), *Estado e nação na História da Europa*, Lisboa, Editorial Presença (1.^a ed. original: *States, Nations and Nationalism. From the Middle Ages to the Present*, Oxford, Blackwell Publishers, 1994).
- SHAFER, Boyd C. (1982), *Nationalism and Internationalism: belonging in human experience*, Malabar/Florida, Robert E. Krieger Publishing Company.
- SMITH, Anthony (1997), *A identidade nacional*, Lisboa, Gradiva (1.^a ed. 1991).